

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, MUSEUS E MEMÓRIA: QUESTÕES EMERGENTES

João Paulo Vieira Neto¹ e Eliete Pereira²

RESUMO

Nos últimos anos, os povos indígenas no Brasil vêm atuando na apropriação dos processos museológicos, protagonizando a construção de museus, espaços de memória e centros de documentação em seus territórios. Este artigo discutirá algumas questões emergentes dos museus indígenas construídos por esses povos, em que tais espaços assumem um importante papel nas lutas e resistências desses grupos ao se constituírem em potentes espaços de reivindicação de uma educação diferenciada, de valorização dos processos tradicionais de transmissão de conhecimento, de lazer, de visibilidade étnica, de construção de autorrepresentação e contranarrativas, de produção e difusão cultural.

Palavras-chave: Povos indígenas, museus indígenas, memória, patrimônio cultural, comunicação.

ABSTRACT

In recent years indigenous peoples in Brazil have been working on the appropriation of museological processes, leading to the construction of museums, memory spaces and documentation centers in their territories. This article will discuss some issues emerging from the indigenous museums built by these peoples, where such spaces play an important role in the struggles and resistance of these groups, when they are constituted in powerful spaces of claiming a differentiated education, valuing the traditional processes of knowledge transmission, leisure, ethnic visibility, cultural production and diffusion.

Keywords: Indigenous people, indigenous museum, memory, cultural heritage, communication.

1 Historiador, mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/IPHAN), assessor da Rede Indígena de Memória e Museologia Social. E-mail: joaopaulo.historiando@gmail.com.

2 Doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP), pós-doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP (Bolsa PNPd/CAPES). E-mail: elipereira@usp.br

A população indígena no Brasil, segundo o Censo IBGE 2010, é de 896.917 pessoas, ou seja, 0,47% da população brasileira. Esta população é formada por 240 povos, com cerca de 160 línguas³. Deste total, 324.834 índios moram em centros urbanos, e a maioria deles, 572.083, vivem em áreas rurais⁴ distribuídos em 704 Terras Indígenas⁵, espaços homologadas pelo Estado Brasileiro (ISA, 2015). Sua diversidade cultural, no sentido mais pleno, de modos de pensamento, línguas e costumes, tem com a demarcação de seus territórios as condições necessárias para a reprodução de suas vidas e seus sistemas simbólicos.

Nos últimos anos, os povos indígenas brasileiros vêm se apropriado dos processos museológicos e criando seus museus indígenas enquanto espaços de articulação política, afirmação étnica e fortalecimento cultural.

A emergente participação indígena nos museus etnográficos e o advento de museus indígenas, bem como de centros de documentação e casas de culturas, indicam a preocupação desses povos para a construção de uma autonarrativa sobre seus patrimônios, memórias e histórias sociais. Esse envolvimento das comunidades indígenas em projetos de construção de espaços específicos que representem as suas culturas, vem acompanhado de uma consciência sobre a importância de se preservar seus ritos, saberes, fazeres e ecossistemas presentes em seus territórios. O modo pelo qual essas experiências traduzem seus repertórios culturais, ou melhor, como *comunicam* as suas especificidades, nos parece algo que merece atenção, porque, à primeira vista, são reveladoras de modos próprios, em certa medida, ecológicos e relacionais de interação com os humanos e extra-humanos (animais, plantas, espíritos, objetos etc.).

A complexidade de seus pensamentos, saberes e práticas simbólicas sinaliza também a diversidade desses povos entre si, e escapam da

3 Os números não são precisos, mesmo assim revelam uma diversidade linguística impressionante.

4 Alguns deles formam aquilo que os especialistas chamam de “índios isolados”, povos nômades, formados por pequenos grupos que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não estabeleceu ainda contato. Não se sabe quem são, quantos são, ou outros dados que informem sobre os modos de vida desses grupos. A não ser que eles estão concentrados, sobretudo, na área da Amazônia Legal, e vem nos últimos tempos escapando do avanço dos madeireiros e dos garimpeiros.

5 Esse número corresponde ao total de Terras Indígenas em diferentes fases do processo demarcatório. *Terra Indígena* é uma noção política e jurídica instituída pelo Estado Brasileiro e não coincide com a noção de território dos diversos povos indígenas, dado que *território* remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial” (GALLOIS, 2004, p. 37). Embora desde a Constituição de 1988, o Estado brasileiro reconheça as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, conferindo-lhes o direito originário e o usufruto coletivo exclusivo do território e das riquezas naturais e minerais nelas existentes, é contínua a invasão em suas terras, por parte de madeireiros e garimpeiros.

designação histórico colonial que insiste em lhes impregnar um lugar comum. As iniciativas de memória promovidas por esses povos correspondem a um momento importante de reflexão coletiva sobre os processos de intensa transformação cultural aos quais estão submetidos. Desde a perda de seus elementos culturais distintivos (a língua e a prática de rituais, festas etc.) às dificuldades de transmissão dos conhecimentos dos velhos (guardiões natos dos saberes orais de seus povos) para os jovens e as crianças, bem como a continuidade de práticas culturais tradicionais. Ao mesmo tempo, para os povos indígenas que já não possuem esses elementos, o espaço coletivo do museu se transforma num lugar fundamental de afirmação cultural.

A memória é prerrogativa de todas as coletividades, uma noção referente ao ato das sociedades de comunicar as suas particularidades no tempo, portanto, é uma construção individual e coletiva de identidades. É seletiva, por isso, também é feita de esquecimentos (NORA, 1984). A memória é social, mas não exclusivamente humana, porque a transmissão daquilo que se busca lembrar depende de fatores técnicos, sejam eles corporais (dependente dos sentidos), sejam aqueles diretamente associados às tecnologias de comunicação e informação. Sendo assim, a memória é um ato resultado de um emaranhado de relações entre pessoas (humanos) e não humanos (objetos, coisas etc.).

No contexto da emergência das políticas culturais de memória⁶, os povos indígenas brasileiros com suas especificidades vêm atuando em diversas iniciativas que correspondem às apropriações que esses mesmos realizam no campo da memória, da salvaguarda e das performances das suas culturas. Ao se apropriarem da noção de *cultura*, no sentido operado pela antropologia, esses povos reinterpretam suas particularidades frente à sociedade nacional, reinventando-as e reelaborando-as através de uma

6 Vide a participação indígena em 14 projetos apresentados por organizações indígenas e indigenistas aos editais públicos do Programa Pontos de Memória. Desde 2004, o Programa Cultura Viva, por meio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, tem como principal ação o fomento dos Pontos de Cultura, que são iniciativas desenvolvidas formal ou informalmente e organizadas pela sociedade civil. Em 2005, foi lançado o edital dos Pontos de Culturas Indígena. Entre 2005 e 2007, foram conveniados com o MinC 23 projetos, 11 propostos por organizações indígenas e 12 por organizações indigenistas (MINC, 2015, p. 103.). No último edital, em 2015, foram premiadas 70 iniciativas, somando aos Pontos de Cultura autodeclarados indígenas em último levantamento realizado pelo MinC, mais 32 iniciativas, totalizando 102 Pontos de Cultura Indígena (PEREIRA, 2016). Devido às mobilizações dos movimentos indígenas na esfera estadual, as secretarias de culturas vêm fomentando iniciativas indígenas no âmbito da preservação da cultura e do patrimônio. O estado de São Paulo, por exemplo, incluiu um edital específico para culturas indígenas dentro do Programa de Ação Cultural – ProAC, que incentiva iniciativas desse seguimento, incluindo a memória e registro, produção audiovisual voltados ao fortalecimento das expressões culturais indígenas.

série de insígnias distintivas aprazíveis ao léxico da função identitária da memória (CARNEIRO DA CUNHA, 2009), o que nos alerta quanto às especificidades e aos contrastes das categorias nativas. Estas representam, ao mesmo tempo, o exercício tradutório deles de expressão da heterogeneidade existente em suas cosmologias, quanto aos sentidos empregados de tempo, de memória, de pessoa, de corpo etc.

Sendo assim, os efeitos da patrimonialização das culturas indígenas lançam novos desafios para esses grupos, para os quais seus conhecimentos possuem um notório caráter corpóreo. Por residir o conhecimento no corpo, este não pode ser dissociado do seu conhecedor, o que dificulta a transmissão do conhecimento, que envolve pessoas e coisas, seres e saberes, numa dinâmica intensa de relações.

O museu constituiu-se pelo semblante violento e colonizador da objetivação das expressões culturais nativas, dispostas em suas coleções nos museus etnográficos ou históricos. Esses museus representavam a encarnação máxima do futuro que lhes esperavam, movido pelo sentimento de *perda e passado* de uma história nacional *vencedora e civilizatória*. O único lugar possível de existência desses povos no tempo presente era sob a condição subalterna, fossilizada e mítica no âmago da invenção da comunidade nacional e regional.

Esse lugar de exposição dos povos indígenas no centro das representações ocidentais e nacionais, imbricadas no processo histórico e *civilizatório* ocidental, vem sendo largamente contestado no âmbito da antropologia e da museologia, em consequência da crítica ao papel desses campos disciplinares no processo colonial, e simultaneamente devido ao crescente protagonismo desses povos na apropriação desses espaços. Inúmeras obras analisam esse percurso, fundante da própria alteridade europeia sobre o Outro, categoria subalterna, legitimada numa percepção geográfica, cultural e racial sobre as diferenças (CARNEIRO DA CUNHA; 2009, CLIFFORD, 2008; PRATT, 1999).

O fenômeno no Brasil de alguns povos indígenas reivindicarem os *museus* como formas de deslocação discursiva e posituação de suas diferenças, estabelece um contra discurso assentado nas operações identitárias e museológicas/museográficas: colecionamento, acervo, exposição etc.

Tais apropriações são acompanhadas igualmente de reflexões sobre os significados e sentidos desses espaços para esses povos. Nas palavras de Cícero Pereira, liderança indígena Kanindé de Aratuba (CE), o museu para o seu povo é “a história que tinha lá atrás, é o que a gente tem aqui. O museu pros Kanindé é vida. Nós gostamos do museu do tanto que a gente gosta dos pais da gente, porque aí tem um pouco do retrato, da imagem de tudo. Tem a imagem do peba, do pote que foi feito antigamente, tudo ali

foi um retrato dos nossos antepassados, retrato de quem construiu aquela história” (SANTOS, 2016, p. 156). Referência de contiguidade da história deles, o museu responde pela extensão existencial do grupo, tornando-se também, segundo Suzenilson Santos (2016), jovem liderança Kanindé, um espaço de pesquisa associado à educação indígena diferenciada.

Nas aldeias, os museus funcionam como centros de documentação onde é possível encontrar um conjunto de informações sistematizadas. Deste modo, adquirem paulatinamente uma importante função pedagógica e colaboram na construção de ações educativas e de transmissão de conhecimento em parceria com as lideranças tradicionais (pajés, xamãs, caciques, anciões etc.) e escolas indígenas. Estas, muitas vezes não possuem materiais didáticos apropriados e os museus indígenas tornam-se lugares propícios para realização da educação diferenciada e intercultural ao possibilitar múltiplas leituras sobre a historicidade, memória e cosmovisão desses grupos.

As razões pelas quais são operadas essas apropriações vêm sendo estudadas recentemente e sinalizam criativas formas de autorrepresentação, historicidade e contranarrativas (GOMES, 2014).

Simultaneamente aos processos museológicos que esse movimento indígena oferece à museologia, inovando-a e conectando-a aos processos sociais e políticos identitários, a própria antropologia tem em seu legado histórico sistemáticas relações com os processos museológicos e museográficos de representação dessas alteridades indígenas, papel fundamental de sua origem colonial. No arco de tempo de constituição e desenvolvimento da disciplina que evoca desde a representação desses povos à tomada da palavra por eles – valendo-se de termos do léxico antropológico, *identidade*, *cultura* etc. – a antropologia vem testemunhando o protagonismo indígena repercutido em ações culturais e comunicativas intrínsecas. Esse mesmo movimento, feito por esses povos até então sucumbidos aos termos cunhados para representá-los, nutre-se, por sua vez, de apropriações, hibridações e misturas, ultrajando o sentido tentador da *autenticidade*.

Na construção desses espaços museológicos há um deslocamento do lugar de onde o discurso é construído e os indígenas assumem um claro posicionamento perante a construção social da memória. Resignificam, à sua maneira, os diversos sentidos incorporados aos objetos, aos lugares, aos saberes e aos seres inanimados. A representação de si levada a cabo nos espaços museais indígenas, inverte, portanto, a lógica colonialista de uma suposta autoridade etnográfica de outrem, possibilitando aos próprios indígenas a construção de significados e representações sobre si, seus patrimônios e referências culturais.

Na Museologia, o estudo das *questões indígenas* vem acompanhado do (re)posicionamento da “nova museologia”⁷ ou mais recentemente da “museologia social”⁸, que se constituiu como um movimento epistemológico e político, crítico às ações museológicas formais e aos espaços consagrados e tradicionais dos museus, que não abarcavam os processos protagonizados por esses setores historicamente marginalizados. Surgem daí os museus comunitários, os ecomuseus, os museus de território, entre outras tipologias baseadas nas relações entre Território, Patrimônio Cultural e Sociedade. Processos relacionais mais articulados organicamente com os seus contextos sociais, sensíveis e abertos, capaz de render mais plurais os espaços e as ações museais (CHAGAS, GOMES, A. VIEIRA, J. P., 2002, 2009).

Atualmente, as questões indígenas e os museus⁹ vêm delineando uma série de indagações no âmbito da Museologia, de como as culturas indígenas podem participar ativamente dos processos de musealização, o emergente protagonismo indígena nos espaços dos museus, a contribuição deles para a Museologia, efetivando o potencial de desconstruir as imagens

7 “Nova Museologia” tem como marco a Mesa de Santiago no Chile (1972), a mudança de perspectiva dos museus de “espaços tradicionais de afirmação da civilização ocidental” para espaço de transformação e desenvolvimento social, portanto, a centralidade da memória e da cultura para o pleno exercício da cidadania, isto é, em que a museologia exerça um papel central na ação social, em que o museu seja compreendido enquanto prática e processo social e cultural, seja apreendido, utilizado e reinventado para promover reflexão crítica, protagonismo social e melhores condições de vida a todos.

8 Para Mario Chagas a “museologia social” traz uma ruptura nos paradigmas dos museus: “Quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária; estamos reconhecendo que durante muito tempo, pelo menos desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX, predominou no mundo ocidental uma prática de memória, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras. A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros” (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p. 17).

9 É também o nome dos encontros anuais do evento “Encontros Paulistas Questões Indígenas e Museus” realizado desde 2012 no Museu Índia Vanuíre, na cidade de Tupã (São Paulo), associado aos Seminários Museus, Identidades e Patrimônio Cultural. Eventos que são um importante momento de reflexão sobre essas questões, e contam com a participação de pesquisadores indígenas e não indígenas envolvidos com a temática. Além da promoção do debate sobre a cultura indígena e os processos de musealização, o evento publica os artigos dos participantes e as falas indígenas em formato e-book disponível gratuitamente na Internet.

tradicionais sobre esses povos nos espaços expositivos e de criar novas formas comunicacionais capazes de expressar suas memórias (CURY, VASCONCELLOS, 2012, 2015).

Um exemplo do que essa relação entre povos indígenas e museus oferece à museologia é o que Marília Xavier Cury (2016) chama de “ressacralização” dos museus, de como o sacro se faz presente nesses espaços, não na perspectiva da contemplação e da monumentalidade, mas na espiritualidade, uma dimensão acionada por esses povos na relação deles com as suas memórias, em que as suas entidades espirituais comunicam e são atores ativos nos processos de musealização (CURY, 2016). Por outro lado, de antemão, o próprio museu nas aldeias nasce da luta pelo reconhecimento e pela preservação da ancestralidade e dos rituais desses povos. Como afirmam as lideranças Kaingang, Dirce Pereira e José de Campo, o museu para eles é um espaço espiritual de resistência, expressão da vida dos Kaingangs existentes, lugar de comunicação consigo e com os não indígenas (PEREIRA, BARBOSA, 2016).

Entre tantas questões emergentes, destaca-se o que deve ou não ser mostrado e a participação de lideranças tradicionais no processo de musealização e de patrimonialização. Afinal, não são museus feitos para os índios, mas pelos próprios indígenas, que protagonizam campanhas para a coleta e produção de artefatos no território, identificam, registram, selecionam e organizam os objetos e as memórias que irão dar sentido às suas autonarrativas e passado coletivo.

Buscando trocar experiências entre as diversas iniciativas existentes no país, ampliar a visibilidade de suas ações, superar os desafios inerentes à autogestão de seus espaços comunitários de memória e pressionar por políticas públicas específicas para o campo, lideranças indígenas de diversas etnias do Nordeste, principalmente dos estados do Ceará e Pernambuco, estimularam a criação de uma rede nacional de articulação e solidariedade entre os museus indígenas brasileiros.

Criada em 2012, a Rede Indígena de Memória e Museologia Social é uma articulação aberta e descentralizada, protagonizada pelos povos indígenas envolvidos na luta pelo reconhecimento e preservação de suas especificidades culturais. Expressa a multiplicidade e a heterogeneidade desses espaços e das ações de memória, tradutória da potência viva da pluralidade cosmológica dos povos indígenas que resistem há mais de 500 anos no país.

Além do protagonismo indígena, a Rede vem sendo tecida e apoiada por inúmeras organizações indigenistas, pesquisadores acadêmicos e militantes da museologia social que a compreendem como um instrumento fundamental de fortalecimento de ações comunitárias aliadas aos

processos museais e museológicos, às lutas políticas e à reinvenção das suas tradições.

A Rede Indígena de Memória e Museologia Social é composta por diversas iniciativas que realizam processos de patrimonialização, registro da memória e musealização distribuídas em 15 estados do Brasil: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo, Santa Catarina.

Para a construção e o fortalecimento dessa rede nacional de memória, museus indígenas articulam uma série de ações tais como o mapeamento da diversidade de processos museológicos com a participação de indígenas; a articulação e compartilhamento de informações sobre as diversas iniciativas na internet e nas redes sociais. Realizam fóruns nacionais com a participação de museus, iniciativas de memória e processos museológicos indígenas. Implementam encontros formativos com trocas de experiências e elaboração de categorias nativas voltadas para a salvaguarda e manutenção de seus bens culturais¹⁰.

Da participação nessas formações, se apropriaram de algumas técnicas e conhecimentos da museologia e por meio delas realizam a gestão do acervo e do próprio museu, desenvolvem ações e procedimentos voltados à higienização, catalogação dos acervos e elaboração de inventários participativos. Passam a pensar na importância da autogestão de seus patrimônios e territórios.

Desde já, os efeitos de tais processos de musealização e patrimonialização lançam novos desafios para esses povos. Ao lado desses processos, a apropriação das tecnologias de comunicação a exemplo de câmeras e outros dispositivos como smartphones (que integram essas funcionalidades do audiovisual), promovem, além do fortalecimento cultural, com o registro das línguas, narrativas míticas e históricas, favorecem a reinscrição

10 O I Fórum dos Museus Indígenas do Brasil e o III Encontro de Formação de Gestores Indígenas do Ceará aconteceram simultaneamente nos dias 16 e 17 de maio de 2015 na aldeia Fernandes, Território Indígena Kanindé (município de Aratuba, Ceará). O II Fórum Nacional de Museus Indígenas e o III Encontro de Museus Indígenas em Pernambuco ocorreram conjuntamente entre os dias 15 a 20 de agosto de 2016 na aldeia Mina Grande, localizada no Território Indígena Kapinawá (município de Buíque, PE). Além dos participantes do povo indígena Kapinawá (PE), anfitrião do encontro, estiveram presentes os povos Fulni-ô (PE), Truká (PE), Pankarú (PE), Atikum (PE), Pankararu (PE), Xukuru (PE), Kambiwa (PE), Kaingang (PR, SP e RS), Potiguara (CE), Tapeba (CE), Anacé (CE), Pitaguary (CE), Jenipapo-Kanindé (CE), Tremembé (CE), Kanindé (CE), Tupinambá (BA), HuniKuín (AC), Trumai (TI Xingú/MT), SuruíPaíter (RO), Mundurucu (PA), Canela-Ramkokamekrá (MA), Tabajara (PI), Kariri (PI), Potiguara de Amarelão (RN), Paiacu do Apodi (RN), Mundurucu (TO), Pataxó (BA) e Karipuna (AP); totalizando 29 povos indígenas que habitam o território brasileiro.

deles no tempo histórico, a partir das suas visões. Ao mesmo tempo, estimulam a reflexão desses povos sobre os seus próprios registros, falando para *múltiplos auditórios*: para eles mesmos, para outros povos e para os não indígenas. O que certamente produz alguns efeitos, como sublinha, Tatiane Klein (2015), transformação da forma como os brancos os veem; garantia da sobrevivência da língua, registro de memórias do passado, conexão entre as gerações e perpetuação da produção da diferença. Igualmente, as razões pelas quais são operadas as apropriações dos termos não indígenas “museus”, “casas de culturas” em seus territórios sinalizam criativas formas de autorrepresentação, historicidade e contranarrativas.

Por meio de novas estratégias de comunicação, os indígenas intervêm e refletem criticamente sobre a própria historicidade e o lugar de subalternidade ocupado por estes povos nas narrativas dos museus oficiais (etnográficos, históricos etc.) até os dias de hoje. Assumem um importante papel nas lutas e resistências desses grupos ao se constituírem em potentes espaços de reivindicação de uma educação diferenciada, de valorização dos processos tradicionais de transmissão de conhecimento, de lazer, de visibilidade étnica, de produção e difusão cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, J. S. Preservação da cultura Kaingang pelo conhecimento dos antepassados. In: *Povos indígenas e psicologia: à procura do bem viver*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), 2016, p. 58-63.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.; CESARINO, P. N. (Orgs.). *Políticas culturais e povos indígenas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CARVALHO, J. O espelho refletor de memórias e a relação do índio com o objeto musealizado: alteridade e identidade no contexto contemporâneo. In: CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. de M.; ORTIZ, J. M. (Org.). *Questões Indígenas e Museus: Debates e Possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari, MAE-USP, SEC, 2012, p. 54-60.
- CHAGAS, M. Cultura, patrimônio e memória. *Revista MUSEU Ciências e Letras*, Porto Alegre: s.n, n. 31, p. 15-29, jan./jun. 2002.
- CHAGAS, M., GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: *Museologia Social*. Cadernos do CEOM. Ano 27, n. 41. Unochapecó 9-22.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. de M. Questões indígenas e Museus. In: CURY,

M. X.; VASCONCELLOS, C. de M.; ORTIZ, J. M. (Org.). *Questões Indígenas e Museus: Debates e Possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari, MAE-USP, SEC, 2012, p. 17-19.

CURY, M. Casos e Acasos de um Museu: um relato acerca do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. In: VASCONCELLOS, C. M., FUNARI, P. P., CARVALHO, A. (Orgs.). *Museus e Identidades na América Latina*. São Paulo: Annablume, 2015, pp.245-259.

_____. Relações (possíveis) museus e indígenas – em discussão uma circunstância museal. In: LIMA FILHO, M., ABREU, R., ATHIAS, R. (Orgs.). *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: UFPE, 2016, p. 149-171.

GALLOIS, D. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: *O desafio das sobreposições Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza*. São Paulo: ISA, 2004.

_____. Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.95-116, dez. 2007.

GOMES, A. *Por uma antropologia dos museus indígenas: práticas de colecionamento, categorias nativas e regimes de memória*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal, agosto 2014.

GOMES, A. VIEIRA, J. P. *A Rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo*. Chapecó: Cadernos do CEOM, 2014, p. 389-413.

_____. *Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

KLEIN, T. Domando tecnologias: mídia e fortalecimento cultural. In: FONSECA, M.; HERRERO, M. (Orgs.). *Brasil Indígena*. Histórias, saberes e ações. Prêmio Culturas Indígenas (4ª Edição), Raoni Metuktire. São Paulo: Sesc São Paulo: Ministério da Educação: Ministério da Cultura, v. 1, p. 565-571, 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano Setorial para as Culturas Indígenas*. Brasília: Ministério da Cultura, 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, vol. 10, 1993.

PEREIRA, E. S. *Produto I*. Documento técnico contendo uma análise de todo o material produzido no âmbito das consultorias Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural e Inventário Participativo, a fim de propor conteúdo programático e metodologias específicas para as oficinas com essas temáticas, direcionadas para o público indígena do Programa Cultura Viva. Brasília, OEI/IBRAM, 2016. (mimeo)

PEREIRA, D. J. L. Preservação da cultura Kaingang pelo conhecimento dos antepas-

sados. In: *Povos indígenas e psicologia: à procura do bem viver*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), 2016, p. 53-57.

PRATT, M. L. *Os Olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

SANTOS, S. Os Kanindé no Ceará: o museu indígena como uma experiência em museologia social. In: CURY, M. X. (Orgs.). *Museus e Indígenas – Saberes e ética, novos paradigmas em debate*. Brodowski: ACAM Portinari, MAE-USP, 2016, p. 156-161.

VIEIRA NETO, J. P. *Produto II*: Documento técnico com proposta de sistemática para execução em rede do plano de capacitação das oficinas em inventário participativo, com cronograma e estratégias de identificação de multiplicadores potenciais da metodologia, que contenha resultados das aplicações piloto das oficinas. Brasília, OEI/IBRAM, janeiro 2014. (mimeo)